



UFRJ CRIA SOLUÇÃO PARA PROGRESSÃO MÚLTIPLA

Página 3

#UFRJRESPEITA

10/12

**DECLARAÇÃO
UNIVERSAL DOS
DIREITOS
HUMANOS**

#UFRJREPUDIA

13/12

**DECLARAÇÃO
NACIONAL DA
BARBÁRIE
COM O AI-5**

EDITORIAL

TERRABOLISTAS E GOLPISTAS

DIRETORIA

Entre os personagens mais peculiares do governo Bolsonaro – alguns pitorescos, outros nefastos – saltam aos olhos as novas escolhas para as presidências da Funarte e da Fundação Palmares: o maestro Dante Mantovani e o jornalista Sérgio Nascimento. Felizmente (a que ponto chegamos), tamanha foi a reação diante das atrocidades ditas por Sergio acerca da escravidão no Brasil que o governo desistiu de sua nomeação na quarta-feira (dia 11) e, com alguma sorte, ele irá para o ostracismo que merece. Já Dante deve prosseguir no comando dessa importante entidade de fomento à cultura e às artes, apesar de suas declarações absolutamente patéticas.

Não temos capacidade para julgar o maestro pelas suas virtudes musicais, mas talento para conjurar bobagens pueris, ele tem de sobra. Sua frase mais popular é “o rock ativa a droga, que ativa o sexo, que ativa a indústria do aborto. E a indústria do aborto...”

Não apenas a esfericidade, mas o tamanho da Terra remontam a pelo menos 2.300 anos atrás, quando o (este sim!) polímata Eratóstenes estimou com considerável precisão a circunferência terrestre

alimenta... o satanismo.” Claro que tal pérola já seria suficiente para colocá-lo no panteão de nossos grandes beócios, mas estamos longe de esgotar sua “criatividade”. Em mensagem recente numa rede social, Dante afirma que “os terrabolistas (sic) são ótimos em fazer piadinhas acerca da auto-evidente planicidade da superfície terrestre, mas são incapazes de apresentar um único argumento ou prova da delirante esfericidade da Terra”. Ou seja, depois de meses nos referindo figuradamente ao governo Bolsonaro como terraplanista, surge alguém que o é explícita e

orgulhosamente. De todas as tendências retrógradas e anticientíficas que se alastraram recentemente, o terraplanismo ocupa um lugar especial. Não por ser a mais perigosa (esse posto talvez seja do movimento antivacina), mas por ser intelectualmente a mais violenta: o volume de evidências a favor da Terra esférica é tão avassalador que negá-las perfaz um trauma agudo à própria inteligência. Imaginem ter que conciliar o terraplanismo com o pôr-do-sol, com as estações do ano, com os eclipses, com os barcos no horizonte, etc, etc, etc... isso para não falar dos milhares de imagens da Terra vista do espaço (todas a apenas um clique de distância) e o fato de que hoje há testemunhas oculares da esfericidade. É praticamente impossível sobreviver a isso sem sequelas.

O “brilho” de Dante ofuscou uma outra nomeação do governo, a de Rafael Nogueira para a presidência da Biblioteca Nacional. Apesar de não ser terraplanista (pelo menos não abertamente), Rafael se junta à lamentável companhia do ministro Abraham Weintraub ao se revoltar contra o “golpe” republicano. Dono de pouquíssimas credenciais além do olavismo exacerbado, Rafael também está sendo muito contestado pelos servidores da biblioteca, mas por enquanto o governo faz ouvidos moucos. Assim como no caso de Dante, é possível que tenhamos de aturá-lo por um desconfortável período de tempo.

Enfim, é mais uma semana que passa no governo Bolsonaro. Após quase 50 delas, está bastante claro o compromisso com o obscurantismo e a ignorância, disfarçado caricaturalmente de caça aos “comunistas”. Jamais achamos que fosse necessário afirmar algo tão óbvio, mas aí vai: a insciência e a incultura não são o caminho do desenvolvimento. Nem mesmo sob o disfarce de Chicago boy. E, sobretudo, sob a égide de um presidente que além de profundamente ignorante, é antibrasileiro.

N. E.: não apenas a esfericidade mas o tamanho da Terra remontam a pelo menos 2.300 anos atrás, quando o (este sim!) polímata Eratóstenes estimou com considerável precisão a circunferência terrestre. Não se recua mais de dois milênios no conhecimento humano sem sequelas.

DESTAQUE DA SEMANA NO CAMPUS



■ **POETA NEGRO** Carlos de Assumpção, um dos maiores poetas brasileiros em atividade, esteve na UFRJ no Dia Internacional dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro, para um encontro organizado pelo grupo Transcultura. Uma roda de conversa debateu racismo, negritude, poesia como resistência e visibilidade negra na academia. “Acho que a universidade precisa nos defender enquanto negros e brasileiros. Somos 54% da população e não somos reconhecidos. O problema do racismo afeta a todos”, declarou Assumpção. O evento teve apoio da AdUFRJ. O Transcultura é um grupo de estudos de estudantes negros da Faculdade de Letras e da Escola de Belas Artes. Na próxima edição do **Jornal da AdUFRJ**, haverá uma entrevista com Carlos de Assumpção.



FOTOS: FERNANDO SOUZA



DADOS MOSTRAM IMPORTÂNCIA DA C&T E DA EDUCAÇÃO

■ O Observatório do Conhecimento lançou uma cartilha com dados que demonstram a importância dos investimentos em educação, ciência e tecnologia. O documento, de seis páginas, apresenta números e gráficos que indicam o crescimento da pós-graduação no Brasil, entre 2010 e 2018, o orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica nos últimos 20 anos, além de análises sobre o investimento brasileiro na área. Para se ter uma ideia, o baixo aporte na educação levou o Brasil a ser o terceiro país com menor percentual de sua população com ensino superior entre os anos de 2013 e 2014. O país fica atrás, apenas, da África do Sul e da Indonésia, que têm números abaixo dos 10%. Apesar do pouco incentivo, as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste lideram o crescimento no número de programas de pós-graduação. Nessas regiões, o percentual de crescimento foi de 78%, 70% e 64%, respectivamente. O material está disponível nas redes sociais do Observatório e pode ser acessado pelo endereço eletrônico: www.observatoriодоconhecimento.org.br.

AGENDA

**16/12
10H**

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Reunião será na sala D-220 do Centro de Tecnologia. Na pauta, balanço político e mobilização para 2020.

Acordo viabiliza as progressões docentes

> Processos de desenvolvimento na carreira devem ser desmembrados para preservar o direito dos professores. Reitoria vai criar força-tarefa para analisar os pedidos com a máxima rapidez

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Diante dos constantes ataques às universidades, em geral, e aos direitos docentes, em particular, a AdUFRJ conseguiu negociar um acordo para viabilizar as progressões dos professores da UFRJ. Graças à mobilização docente, a reitoria se comprometeu a fazer as progressões de modo consecutivo.

O anúncio foi feito no dia 12, durante reunião entre representantes da reitoria, da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), da AdUFRJ e do grupo de docentes que, desde o começo do problema, se organizou para pressionar por seus direitos.

De acordo com o novo modelo, a ideia é que os professores elaborem um processo para cada interstício de progressão/promoção. Mas devem enviar as solicitações em dias diferentes. De posse da documentação, a Pró-reitoria de Pessoal vai publicar, em sequência, as portarias de desenvolvimento na carreira.

Segundo o dispositivo das múltiplas, um docente da universidade poderia saltar mais de um nível da carreira federal, em um único processo, se reunisse produção acadêmica compatível e os respectivos interstícios de tempo (o período mínimo corresponde a 24 meses).

O problema é que depois do parecer contrário da Advocacia-Geral da União (AGU), a Pró-reitoria de Pessoal só libera a primeira das progressões solicitadas, enquanto aguarda uma

resposta do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) para os demais interstícios. O órgão, vinculado ao Ministério da Economia, emitiu parecer proibindo as progressões múltiplas em várias universidades, embora ainda não tenha se posicionado sobre a UFRJ. A administração central remeteu ao Sipec os pareceres jurídicos do Andes e da AdUFRJ contestando a proibição. O principal argumento se baseia na autonomia universitária: há uma resolução do Consuni que permite o procedimento.

A professora Ana Amora, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que está perto da aposentadoria, mostrou preocupação com o prazo de conclusão dos processos, segundo o novo formato. “Temos que tirar uma prioridade”.

A diretoria da AdUFRJ, representada pelos diretores Felipe Rosa e Josué Medeiros, cobrou a criação de uma força-tarefa da reitoria para dar conta dos prazos das progressões consecutivas. Felipe avaliou a reunião de forma positiva. “Chegou-se a um acordo, que não é o ideal. Mas sempre defendemos que era melhor um acordo não ideal do que um direito não materializado”.

Josué reforçou: “O resultado da reunião foi muito positivo e isso só foi possível graças à mobilização dos professores afetados”, disse. “A unidade dos docentes que tiveram seu direito ameaçado com o resto da categoria, através do Conselho de Representantes e da assembleia, constrói um sindicato mais forte e representativo”, completou.

Advogada da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano frisou que os professores estão sofrendo com



REUNIÃO Reitoria, diretoria da AdUFRJ e professores debatem alternativas para garantir as progressões

medo de não terem suas produções reconhecidas. Ela também solicitou uma listagem de todos os pedidos que tramitam na pró-reitoria e na comissão. “Temos muito receio da PEC Emergencial, que propõe congelar as progressões”, disse.

Rodrigo Volcan, professor do Instituto de Química, também manifestou preocupação com a velocidade do processo. “Há pessoas com muitas progressões”, disse.

Presidente da CPPD, o professor Luciano Coutinho participou da reunião a convite da reitoria da AdUFRJ. Ele avaliou que a PEC emergencial não deve ser aprovada em pouco tempo. A reitora Denise Pires de Car-

valho se comprometeu com a criação da força-tarefa. E defendeu a solução encontrada. “O desmembramento do processo é para proteger os docentes”, observou.

A professora também afirmou que iria solicitar às seções de Recursos Humanos quem são os professores em situação de progressão múltipla. “Aí nós vamos ter o raio-x da situação”, disse. O resultado será enviado à AdUFRJ, assim que possível.

Denise informou ainda que, no próximo ano, quer estudar a mobilização por ganhos posteriores na carreira do magistério. A mais recente tentativa é baseada em uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no fim de setembro do ano passado. Moraes observou que a Justiça do Trabalho não teria competência para decidir assuntos que envolvam o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos federais. A assessoria jurídica da AdUFRJ discorda, pois, quando a asso-

fica amamentando uma criança por meses e é avaliada como se nada estivesse acontecendo”, disse.

A pró-reitora de Pessoal, Luzia Araújo, acrescentou que a PR-4 estará de portas abertas à assessoria jurídica do sindicato.

TODOS AO CONSELHO

Durante a reunião, o diretor da AdUFRJ Josué Medeiros também convidou os professores a participarem da próxima reunião do Conselho de Representantes, na segunda (16), na sala D220 do CT, às 10h. O objetivo é organizar um grupo para acompanhar os trabalhos da força-tarefa da pró-reitoria de Pessoal.

26,05%: SINDICATO GANHA TEMPO E PERSPECTIVAS MELHORAM

■ Um alívio para os docentes que estão ameaçados de perda dos 26,05%. O ganho judicial está garantido na folha de pessoal que será paga no início de janeiro.

Na mesma reunião em que foram discutidas as progressões múltiplas, a reitoria informou ter remetido para a Procuradoria Geral Federal (PGF) um pedido de revisão do parecer – elaborado em conjunto com a assessoria jurídica da AdUFRJ – que mandou suspender o percentual. “Estamos aguardando a posição da PGF”, explicou Luiz Cláudio Moreira Gomes, coordenador de Relações Institucionais

e Articulações com a Sociedade da UFRJ. A expectativa é de uma resposta até o fim de dezembro, evitando qualquer corte também na folha seguinte. Os 26,05%, recebidos pelos docentes que ingressaram na UFRJ até 2006, são resultantes de uma ação antiga da AdUFRJ. O Plano Verão de 1989 congelou os preços e salários e extinguiu o reajuste baseado na variação da unidade de referência de preços (URP), utilizada à época. A consequência foi a retirada do percentual dos salários. Diversos sindicatos entraram com ações na Justiça para recuperar o valor. Em 1993, a Seção Sin-

dical obteve decisão favorável na Justiça do Trabalho. Mas o governo tenta suprimir o valor há anos, alegando que já foi absorvido por ganhos posteriores na carreira do magistério. A mais recente tentativa é baseada em uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no fim de setembro do ano passado. Moraes observou que a Justiça do Trabalho não teria competência para decidir assuntos que envolvam o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos federais. A assessoria jurídica da AdUFRJ discorda, pois, quando a asso-



ciação entrou com a ação, o RJU ainda não existia – a legislação só entrou em vigor em dezembro de 1990. A advogada Ana Luísa Palmisciano destaca que o STF, em nenhum momento,

concedeu à AdUFRJ a oportunidade de se manifestar. A assessoria entrou com uma solicitação, em maio, para reverter a decisão do ministro. (Kelvin Melo)

Ministro mente mais uma vez. Deputados rebatem

> Convocado para esclarecer afirmação de que universidades têm plantações extensivas de maconha, Weintraub foi à Câmara e insistiu na mentira. Parlamentares mostraram Jornal da AdUFRJ

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O ministro da Educação, Abraham Weintraub esteve na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados no dia 11. Ele foi convocado para dar explicações sobre suas declarações – feitas em novembro – de que as universidades têm “extensivas plantações de maconha”. Durante sua apresentação, ele reforçou a fake news e causou indignação de alguns parlamentares. Mesmo sem credenciamento (apesar de o tema da audiência dizer respeito diretamente às universidades), a AdUFRJ conseguiu acessar a audiência e foi representada por sua vice-presidente Christine Ruta. Ela levou exemplares do **Jornal da AdUFRJ**. Vários parlamentares de oposição, como David Miranda (PSOL-RJ), Maria do Rosário (PT-RS), Ivan Valente (PSOL-SP) e Alessandro Molon (Rede-RJ) posaram com o jornal e protestaram contra o ministro mostrando o informativo.

A reunião durou mais de sete horas e teve momentos de tensão. A deputada Maria do Rosário fez severas críticas à atuação de Weintraub. “Considero que o Ministério da Educação está acéfalo. Não há condução, não há política pública, o plano de educação não está sendo cumprido, as diretrizes e metas aprovadas por esta Câmara estão sendo desconsideradas por quem ocupa a titularidade da pasta”, afirmou.

“São tantos absurdos e tanta incompetência do ministro da Educação que não cabe na legenda. Audiência pública com o ‘antiministro’ agora na Câmara!”, resumiu o deputado Alessandro Molon em suas redes sociais.

Deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) questionou a afirmação do ministro, de que ele estaria fazendo uma revolução na educação. “Acho que o senhor tem que usar de bom senso, de humildade, de autocrítica. Nem mesmo uma pessoa altamente drogada vai imaginar que o senhor está fazendo uma revolução na educação”. Ele criticou a postura ideológica de Weintraub e fez uma sugestão: “O senhor não tem condição técnica de continuar nesta função. Eu acho que o senhor devia aproveitar este Natal e pegar o beco, literalmente”, disse. “Pegar o beco é ir embora, no Ceará”, finalizou.

“Os eventos a que o ministro se refere já foram apurados”, afirmou a deputada Margarida Salomão (PT-MG), autora de um dos requerimentos de convocação do ministro. “Em Minas, o delegado afirmou que os estudantes não eram da UFMG. Na UnB, ficou claro que os pés de maconha não estavam na área da uni-



PROTESTO
deputados de diferentes partidos de oposição posam com o Jornal

parlamento e também que a extensão universitária cumpra seu papel com a sociedade”, defendeu a deputada.

MINISTRO DA DESINFORMAÇÃO

Criticado à época por não apresentar provas, Weintraub publicou em uma rede social reportagens sobre o consumo de maconha e drogas sintéticas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade de Brasília (UnB). As reportagens, entretanto, não indicam participação ou anuência dos gestores das universidades. Nenhum processo foi aberto contra os reitores das instituições.

“Eu peguei essas informações no Google ontem à noite. Printei do meu computador, na ordem que apareceram”, justificou o ministro.

Na Câmara, Weintraub defendeu que há uma “epidemia de drogas” no Brasil e disse que “as estatísticas” mostram que o consumo de drogas nas universidades é o dobro do uso geral no país. A partir deste “argumento”, o titular do MEC defendeu a interferência da Polícia Militar nos campi das universidades.

“Eu sou a favor da autonomia universitária para pesquisa, para ensino. Pode ensinar o que quiser, falar de Karl Marx, não tem problema. Agora, a PM tem que entrar nos campi”, afirmou Weintraub.

RELATÓRIO SOBRE O MEC

Não foi só na reunião que a gestão Weintraub foi fortemente criticada. A atuação do ministro foi alvo de relatório produzido pela Comissão Externa de Acompanhamento do MEC, concluído na semana passada. O documento, destrinchado na última edição do **Jornal da AdUFRJ**, concluiu que a gestão está “muito aquém do esperado”. Foram apontados falta de planejamento estratégico, ausência de planos de trabalho, linhas de atuação pouco claras, cortes acentuados de investimentos nas diversas áreas. O relatório foi aprovado por unanimidade, com acréscimos de recomendações para o ensino técnico, no dia 10.

versidade”, disse. “É preciso apresentar provas além das versões sensacionalistas”, concluiu.

Para a professora Christine Ruta, o ministro perdeu uma ótima oportunidade de debater a educação com robustez no parlamento. “Sua apresentação foi baseada em vídeos de internet. Seu discurso é generalista, sem dados. O tempo todo fugiu das questões e desviou dos assuntos”, disse. A principal lição do encontro, para a diretora da AdUFRJ, é a necessidade de maior articulação do campo progressista. “Precisamos ampliar nosso diálogo e buscar aliados comprometidos com a democracia e com a educação em todos os campos”.

Após a audiência, a dirigente se reuniu com a deputada Margarida. No encontro, a parlamentar reafirmou a necessidade de articulação da comunidade acadêmica com o Legislativo. “É importantíssimo que a universidade esteja próxima do

